



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA CENTRAL METROPOLITANA
Ata da 18ª reunião, realizada em 7 de abril de 2021

1 Em 7 de abril de 2021, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada
2 Central Metropolitana (URC CM) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de
4 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Ronaldo José
6 Ferreira Magalhães, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
7 Lorena de Oliveira Moura, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
8 Abastecimento (Seapa); Maria Eugênia de Castro Silva, da Secretaria de Estado
9 de Desenvolvimento Econômico (Sede); Marcelo Bahia Cantella, da Secretaria de
10 Estado de Educação (SEE); Andréa Greiner Cunha Salles, da Secretaria de
11 Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Fúlvio Rodriguez Simão, da
12 Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig); Antônio Augusto
13 do Carmo, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Bárbara Silvério da Silva,
14 da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Marcos Miguel Temponi
15 Godinho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
16 (Crea/MG); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais
17 (MPMG); Eduardo Machado de Faria Tavares, da Prefeitura de Belo Horizonte
18 (PBH). Representantes da sociedade civil: Felipe Mol Pessoa de Carvalho, da
19 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto
20 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
21 Gerais (Faemg); Hélcio Neves da Silva Júnior, da Câmara do Mercado Imobiliário
22 (CMI/MG); Geraldo Magela da Silva, do Sindicato e Organização das
23 Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg); Junio Magela Alexandre, da
24 ONG Ponto Terra; Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto
25 Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Fernando Benício de Oliveira Paula, da
26 Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Gustavo Rodrigues Cunha,
27 da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Geraldo Tadeu Rezende
28 Silveira, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas);
29 Wenceslau Alvares Francisco de Moura, da Associação Médio Paraopeba
30 (Ampea). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
31 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
32 presidente suplente Ronaldo José Ferreira Magalhães declarou aberta a 18ª
33 reunião da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana. **3)**
34 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro
35 Fernando Benício de Oliveira Paula: “Eu queria cumprimentar o Dr. Carlos
36 Schaefer, da Universidade Federal de Viçosa, o Dr. Flávio Fonseca, a Sra. Luana
37 de Oliveira Barros, que estão nos contemplando hoje com essa palestra desse

38 importante processo de Diálogos com o Sisema, que estamos reconhecendo
39 neste ano através do Prêmio de Gestão Ambiental. O professor Carlos, da
40 Universidade Federal de Viçosa, essa universidade que é um exemplo de ensino
41 para o país inteiro, orgulho de Minas Gerais, que a Zeladoria do Planeta também
42 já teve a oportunidade de contemplar com o Prêmio de Gestão Ambiental nos idos
43 de 2012. Senhor presidente, eu venho só pedir ao nível de licenciamento
44 ambiental para que façamos uma inversão de pauta, pedir a compreensão dos
45 professores, demais presentes. Esse meu pedido vem de encontro, senhor
46 presidente, ao aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental no
47 Estado, tão criticado. E a Zeladoria do Planeta veio adentrar nesse processo com
48 o intuito de colaborar. Nesse processo de colaborar, entendemos que todo,
49 independente da relevância do processo que aqui mesmo estamos
50 reconhecendo, é preciso que o licenciamento ambiental respeite os investimentos
51 feitos pelos empreendedores, os investimentos públicos com os técnicos, a
52 disponibilidade de tempo e dos senhores conselheiros aqui para que a função
53 deste Conselho seja preservada. Que a priori seja colocada em votação a pauta,
54 e façamos a inversão com a apresentação. Independente de qualquer mecanismo
55 que seja, tão relevante quanto ao Diálogos com o Sisema, mas é importante que
56 todo e qualquer processo seja posterior aos de licenciamento ambiental, para que
57 cumpramos, de fato, a nossa função neste Conselho.” Presidente Ronaldo José
58 Ferreira Magalhães: “Obrigado, conselheiro. Nós entendemos e recebemos o seu
59 pedido com o respeito que ele merece, mas temos uma pauta pré-aprovada e
60 entendemos que a relevância do tema é muito grande. Os nossos convidados
61 estão aqui aguardando, nós temos um assunto muito rico para discutir, e eu não
62 vejo sentido na inversão até porque estaremos todos aqui até o final, seja para
63 votar, seja para assistir à apresentação. Então eu não vejo sentido. Mas eu vou
64 fazer a leitura completa de toda a pauta, e isso talvez resolva. Neste momento,
65 eu vou pedir desculpa, mas não vamos acatar o seu pedido de inversão de pauta.”
66 Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula: “Senhor presidente,
67 normalmente eu não discordo das decisões desta Presidência, mas neste
68 momento eu vou ser obrigado até mesmo porque, mediante a pauta, a Zeladoria
69 do Planeta vem colocando sempre ênfase nessas questões. Inclusive, eu estive
70 recentemente em reunião com a nossa Marília – até agradeço – e também
71 encaminhei essa questão de parcelamento de licenciamento pelos condomínios
72 no Estado de Minas Gerais como uma grande preocupação. E recebi até do
73 diretor do IEF o compromisso de que estaremos mantendo isso em bom nível. Eu
74 agradeço já muito antecipadamente o IEF por compartilhar com a nossa
75 preocupação. Eu vou passar no chat uma demanda, senhor presidente, fora da
76 pauta, que temos trabalhado nessa questão, e eu gostaria muito que o pessoal
77 da Supram fosse lá para verificar essa denúncia recebida. E eu gostaria que fosse
78 colocado em votação, senhor presidente. Que não seja essa apresentação – já
79 que a Câmara conversa até mesmo com a própria secretária Marília sobre esse
80 tema, a Câmara tem total autonomia para deliberação –, mas que fosse colocado

81 em votação para que, a partir de então, todo e qualquer tipo de atividade extra ao
82 licenciamento ambiental fosse posterior à votação.” Presidente Ronaldo José
83 Ferreira Magalhães: “Conselheiro, eu vou insistir nessa posição. Está no
84 parágrafo 9º do artigo 7º do nosso Regimento: a inversão de pauta é prerrogativa
85 da Presidência. Eu vou manter a pauta como está, porque nós temos hoje uma
86 pauta complicada, mas vou me comprometer com o senhor de, na próxima
87 reunião, colocar em votação para deliberarmos sobre isso.” Conselheiro Heleno
88 Maia Santos Marques do Nascimento: “Senhor presidente, eu também gostaria
89 que a pauta fosse invertida, por questão de compromisso também, de já termos
90 firmado. Eu preciso participar dessas votações e, do contrário, não poderei
91 participar da reunião de hoje.” Presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães:
92 “Conselheiro, eu vou manter a pauta como está. Se o assunto for esse, dos
93 demais conselheiros, nós vamos simplesmente postergar o início da reunião, dos
94 assuntos de pauta. A pauta não será invertida.” Conselheiro Geraldo Tadeu
95 Rezende Silveira: “Eu também gostaria de fazer uma manifestação em relação à
96 pauta, lembrando da nossa última reunião, em que um processo de extrema
97 importância foi votado depois das 7h da noite. Na minha residência faltou energia
98 – teve uma chuva no meu bairro –, e eu fiquei impossibilitado de votar uma matéria
99 que gostaria de ter votado. Entrei na reunião no horário de início e esperei até o
100 último momento, mas se estendeu depois de 7h da noite. Então eu acho que, com
101 todo respeito aos colegas, à SEMAD e à sua presidência, precisamos refletir
102 sobre a pauta no sentido de priorizar esses processos importantes para que não
103 sejam votados quando já tem uma parte considerável dos conselheiros não
104 presentes mais na reunião.” Presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães:
105 “Obrigado, conselheiro. Eu vou insistir na manutenção, só lembrando que a
106 ausência ao final reunião vai se dar ou na votação ou na apresentação do
107 Diálogos com o Sisema ou qualquer outro ponto de pauta, o que demonstra a
108 importância de qualquer um dos itens de pauta, que precisa da presença dos
109 conselheiros. Então eu vou manter a pauta como está. O fato de a energia acabar,
110 ela pode acabar agora, e o senhor pode não votar também. Então é uma coisa
111 que foge à nossa decisão. Na próxima reunião, nós vamos colocar esse tema em
112 votação para que possamos discutir.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques
113 do Nascimento: “Senhor presidente, eu vou voltar a insistir.” Presidente Ronaldo
114 José Ferreira Magalhães: “Não adianta insistir, eu não vou inverter a pauta.
115 Desculpa.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento:
116 “Presidente, isso aqui é um colegiado, ou é uma decisão única e exclusiva do
117 presidente? Se for, não precisa de estarmos na reunião. Não estou entendendo
118 por que o senhor está mantendo essa arbitrariedade. O senhor está sendo
119 arbitrário, senhor presidente, vai me desculpar. O senhor coloque em votação,
120 porque é uma Câmara, e a Câmara tem que decidir se quer ou não que se inverta
121 a pauta.” Presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães: “O senhor vai me
122 desculpar, mas é uma prerrogativa minha colocar em votação. Está no
123 Regimento.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “O curso de capacitação

124 continua aberto. Nós vamos entrar em contato com os novos conselheiros para
125 liberar o login e a senha. Nós colocamos aqui a importância da realização desse
126 primeiro curso, e brevemente vamos colocar o curso prático para vocês poderem
127 estar realizando. E a importância da participação do curso introdutório. Nós
128 preparamos o curso com muito carinho para vocês. Em caso de alguma
129 dificuldade, entrem em contato conosco. Nós vamos colocar no chat o nosso
130 contato, tanto por e-mail quanto pelo menu do sistema. Qualquer dúvida – eu vou
131 colocar meu contato aqui também –, podem entrar em contato comigo, que nós
132 vamos esclarecer qualquer dúvida.” **4) EXAME DA ATA DA 17ª REUNIÃO.**
133 Aprovada por unanimidade a ata da 17ª reunião da Unidade Regional Colegiada
134 Central Metropolitana, realizada em 18 de fevereiro de 2021. Votos favoráveis:
135 Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de
136 Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, CMI, Ponto Terra, Zeladoria do Planeta, Uemg,
137 PUC Minas e Ampea. Abstenção: Ocemg. Ausência: IHMBio. A abstenção da
138 Ocemg foi justificada pelo motivo de que a entidade não fazia parte da
139 composição da URC quando da realização da reunião anterior, tendo tomado
140 posse na data de hoje. **5) APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL. PROGRAMA**
141 **DIÁLOGOS COM O SISEMA. CAMPOS FERRUGINOSOS: CONSERVAÇÃO E**
142 **RECUPERAÇÃO AMBIENTAL.** Apresentação: Carlos Schaefer, da
143 **Universidade Federal de Viçosa (UFV); Flávio Fonseca do Carmo, do**
144 **Instituto Prístino; e Luana de Oliveira Barros Cruz, da SEMAD.** Carlos
145 Schaefer, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Flávio Fonseca do Carmo,
146 do Instituto Prístino, e Luana de Oliveira Barros Cruz, da SEMAD, fizeram
147 apresentações sobre Campos Ferruginosos, com ênfase nos diversos aspectos
148 relacionados à conservação e recuperação ambiental, bem como o contexto da
149 regularização ambiental no bioma Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais.
150 Debates que se seguiram às exposições. Camila Andrade/SEMAD: “Agradecer a
151 sua apresentação, Luana, que enriqueceu e complementou o que o professor
152 Carlos e também o professor Flávio trouxeram em termos de Campo Rupestre e
153 Campo Rupestre Ferruginoso. Eu fiz algumas observações de informações que
154 escutamos ao longo dessas apresentações e queria citar que, nas vezes que
155 escutamos as palavras diversidade, heterogeneidade, riqueza, isso exemplifica
156 demais o que temos hoje em termos de Campos Rupestres, em especial de
157 Campos Rupestres Ferruginosos. Complementado com a sua apresentação em
158 relação à legislação que aplicamos, a forma de trabalhar no Estado, considerando
159 tanto a lei federal quanto as nossas normas estaduais, foi extremamente
160 enriquecedor para todos essa oportunidade que tivemos agora. Eu vou prosseguir
161 para o debate, e vamos trazer algumas perguntas que foram feitas durante as
162 apresentações. Foi perguntado se a lei federal é de 2012, e foi esclarecido pela
163 Luana que a lei que ela citou é de 2013. Uma pergunta foi feita, durante a
164 apresentação do professor Carlos, pelo Fernando Benício. ‘A serra do Espinhaço
165 é onde ocorre, principalmente, os Campos Rupestres? Podemos dizer que os
166 polinizadores dessas espécies dos Campos Rupestres são também endêmicos?’

167 Eu acho que isso foi trazido durante as apresentações tanto do professor Carlos
168 quanto do professor Flávio também. Eu vou passar a palavra para os
169 especialistas.” Carlos Schaefer/Universidade Federal de Viçosa (UFV): “Sim, a
170 maior parte dos Campos Rupestres está associada com a serra do Espinhaço ou
171 com os diferentes nomes que a serra do Espinhaço recebe ao longo daquele
172 alinhamento que foi mostrado tanto na minha apresentação quanto na do Flávio.
173 Mas existe uma variação muito grande de substratos no Espinhaço. A principal
174 área é quartzítica, e é enganoso às vezes pensar que os quartzitos não estão
175 ameaçados. Os quartzitos estão severamente ameaçados no mesmo grau. A
176 única diferença é que quem impacta os quartzitos não é uma empresa de
177 mineração que está submetida a obrigações de legislação muito severas. São
178 loteamentos irregulares, uma pecuária extensiva que queima as áreas
179 adjacentes. Eu percorri o Parque do Intendente, fiz um levantamento detalhado
180 de todo o Parque Estadual do Intendente, de quartzito, uma área riquíssima, e
181 praticamente mais da metade do limite do parque é antropizada, área quartzítica.
182 Então, ao contrário do que se pensa, os quartzitos são, sim, muito ameaçados
183 também. Eles não têm o abrigo da lei e são negligenciados. Se olharem o número
184 de esforços de pesquisas amostrais que foram feitos, por exemplo, em canga em
185 relação aos quartzitos, verão que os quartzitos ficam negligenciados, porque não
186 têm essa importância econômica. Sobre o impacto de quartzito, basta quem
187 conhece Diamantina, entra no bairro à direita, na entrada de Diamantina, olhe
188 aquele imenso loteamento que está ampliando a cidade para dentro de área
189 quartzítica, e do asfalto se veem as máquinas derrubando blocos e blocos de
190 afloramento quartzítico, Campo Rupestre, sem dó nem piedade. Eu acho que nós
191 temos que repensar essa questão e realmente dar atenção. Minas tem que dar
192 atenção à existência dos seus Campos Rupestres e, inclusive, identificá-los como
193 um bioma. É um bioma mineiro, não precisa ser bioma para o Ibama. Se Minas
194 Gerais reconhecer os Campos Rupestres como bioma, vai ter dado um passo
195 gigantesco, já que Minas é um Estado que tem uma tradição conservacionista,
196 que não pode ser perdida de vista. Nós temos que dar exemplo e sair antes dos
197 outros, começar pioneiramente os trabalhos nessa direção e fazer a legislação
198 adequar-se aos fatos. A Luana mostrou perfeitamente, vocês devem ter visto na
199 leitura da legislação que ela simplesmente negligencia completamente os
200 Campos Rupestres. Aplicar Campo de Altitude, aplicar estágio sucessional nessa
201 condição é simplesmente absurdo, entre tantos absurdos que existem na
202 legislação, mas nós temos que fazer com que a lei se curve aos fatos. Lógico que
203 existem subjetividades, mas temos que ser o mais objetivo possível.” Camila
204 Andrade/SEMAD: “Professor, eu aproveitei o ensejo da sua resposta para fazer
205 uma pergunta do Nino Camini. Ele pediu para vocês falarem acerca da polêmica
206 entre a classificação dos Campos Rupestres primário e secundário, se não há
207 como se definir, de fato, estágio sucessional e como podemos classificar o
208 desenvolvimento em termos do tempo geológico. E já vou fazer a segunda
209 pergunta do Nino, e talvez a Luana possa nos responder, que é o que vem a ser

210 ganho ambiental, se existe um consenso acerca desse conceito.” Carlos
211 Schaefer/Universidade Federal de Viçosa (UFV): “Eu só queria dizer duas coisas
212 sobre isso. Primeiro que não existe estágio sucessional em absoluto nisso. Tem
213 20 anos que vejo isso. O que existe – e é muito importante, inclusive, na hora de
214 se avaliar o ganho ambiental – é o estado de degradação ou o estado de
215 conservação que esses Campos Rupestres Quartzíticos, Ferruginosos vão
216 mostrar. E eles são muito variados. E na minha opinião e em tudo que investiguei
217 até hoje eu digo o seguinte. Se oferecer um conjunto de habitats grande, uma
218 grande biodiversidade, uma heterogeneidade ambiental de paisagem elevada, eu
219 estou oferecendo chance de que aquelas plantinhas, a exemplo daquela pequena
220 bromélia minúscula que ocorre no Vale de Jequitinhonha, sejam preservadas,
221 inclusive na possibilidade de nem ser conhecida. Nós temos que preservar aquilo
222 que é possivelmente existente, porque nunca vamos conhecer tudo. Eu tenho
223 uma visão muito prática, muito operacional disso. Mas eu queria escutar a opinião
224 do Flávio. Respeito as nossas eventuais diferenças. Como o Flávio trabalha na
225 canga, eu trabalho também nos quartzitos, e às vezes acabamos vendo que
226 aquilo que a canga acha que é só dela, na verdade, ela compartilha.” Flávio
227 Fonseca do Carmo/Instituto Prístino: “Sobre polinização, vai depender muito. Não
228 são todos os polinizadores endêmicos. Tem caso de endemismo de planta e de
229 endemismo do seu polinizador. E tem casos em que as plantas são endêmicas,
230 mas não necessariamente o polinizador. Tem uma situação, e tem outra, e entre
231 essas um leque de outras situações. Considerando-se que estamos falando de
232 Campos Rupestres, de montanha, tem uma probabilidade grande de se ter
233 endemismo, polinizadores também, mas não é uma regra de toda espécie
234 endêmica. Sobre a aplicação da Lei da Mata Atlântica, da Conama 423, o Carlos
235 foi muito completo na sua análise. Eu acho que não vamos encaixar uma bola
236 dentro de um quadrado. A Lei da Mata Atlântica, explicitamente, trata de
237 sucessões, climático, no caso das florestas. Não se aplica de forma alguma aos
238 Campos Rupestres. Então concordo com ele, é minha opinião também. Enquanto
239 estivermos tentando encaixar as coisas, talvez o objetivo da lei não vai estar
240 sendo cumprido, que é, no meu entender, evitar degradação de sistemas
241 importantes. Tentar encaixar uma bola no quadrado é difícil. E aí vem aquela
242 situação que está sendo discutida há muito tempo, tenho certeza que por vocês
243 da CPB, empreendedores, tomadores de decisão, academia. Se tem uma lei que
244 não encaixa na realidade, alguma coisa eu tenho que fazer para se encaixar,
245 como uma política pública etc. Eu acho que essa é uma discussão importante. Na
246 minha opinião, ficar tentando argumentar com palavra e fazer encaixar uma lei
247 que foi criada para um ambiente específico, nós estamos perdendo a
248 oportunidade de tentar fazer uma coisa específica, com função. É uma opinião.
249 De novo aqui deixando claro, eu não trabalho com essa situação de licenciamento
250 no dia a dia, sei como é difícil, mas é uma realidade que temos que enfrentar.”
251 Luana de Oliveira Barros Cruz/SEMAD: “É uma dificuldade nossa também, porque
252 a lei, o tempo todo, fala dos estágios sucessionais, mas traz todas as restrições,

253 as possibilidades de autorização vinculadas à classificação desses estágios. E
254 nós tentamos, igual o professor falou, colocar o círculo dentro do quadrado nesse
255 caso. Nós temos essa dificuldade também, aplicamos a Resolução Conama nº
256 423, para Campos de Altitude, para o Brasil inteiro, não é específica para o Estado
257 de Minas Gerais. Então dessa dificuldade tentamos classificar de acordo com o
258 histórico de uso e ocupação, grau de conservação, como o professor Carlos
259 também falou. Assim como acontece para os encaves de Cerrado, dentro do
260 bioma Mata Atlântica fazemos a mesma coisa. Realmente tem essa dificuldade,
261 e temos que cumprir a legislação. Tem essa lei federal que faz essas restrições,
262 e nós somos vinculados. A outra dúvida é sobre o conceito de ganho ambiental.
263 Eu citei na minha apresentação o conceito que utilizamos, que está previsto no
264 Decreto 47.749/2019. Ele trouxe esse conceito, e nós aplicamos no Estado como
265 um todo.” Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Primeiramente eu
266 queria agradecer ao Sisema, porque as apresentações foram realmente uma aula
267 ou três aulas que nós tivemos. Como conselheiro há muitos anos, poucas vezes
268 eu tive oportunidade de escutar e ver o que acabei de ver e escutar. Quando eu
269 estive como ouvidor ambiental do Estado, por quatro anos, por muitas vezes fui
270 questionado pela questão de utilidade pública. E agora na apresentação,
271 principalmente do professor Carlos, em que ficam demonstrados os 4,5% de
272 Campo Rupestre Ferruginoso, essa ideia de utilidade pública é completamente
273 desenvolvimentista, ou seja, não é uma postura sustentável. Eu não tenho nada
274 contra a mineração, muito pelo contrário, mas nós estamos no Quadrilátero
275 Ferrífero, e sobre ele está a canga, por exemplo. Então para retirar o minério vão
276 ter que retirar a canga. Só que, quando eu vejo que 4,5% dessa área são de
277 Campo Rupestre Ferruginoso, eu fico muito impressionado de não considerarmos
278 o Zoneamento Ecológico-Econômico. Eu gostaria de agradecer a você, Ronaldo,
279 à Camila, pelas apresentações e pelos professores, porque a aula realmente foi
280 meritória.” Conselheiro Felipe Mol Pessoa de Carvalho: “Eu também queria
281 parabenizar os três palestrantes pelas exposições, muito brilhantes, mas gostaria
282 de fazer um comentário direcionado ao Dr. Carlos, muito respeitosamente,
283 obviamente. Externar o posicionamento da Fiemg no que tange à compensação
284 sugerida por ele, de 3 para 1, de Campos Rupestres. A lei federal já traz a
285 compensação de 1 para 1, a lei estadual, por sua vez, já traz uma compensação
286 de 2 para 1. Ou seja, a lei estadual extrapola a lei federal. E se nós aplicarmos,
287 eventualmente, essa aplicação de 3 para 1, extrapolaria mais ainda, e, no nosso
288 sentir, seria até ilegal. Só deixar registrada essa posição da Fiemg, só esse ponto
289 mesmo, o que em nada desabona as apresentações aqui trazidas.” Carlos
290 Schaefer/Universidade Federal de Viçosa (UFV): “As grandes empresas de
291 mineração hoje, nos processos compensatórios que vocês avaliam no âmbito do
292 Estado, a grande maior parte já oferece quantitativo dessa ordem que eu coloquei.
293 A mineradora está mais do que preparada para, efetivamente, participar desse
294 esforço de conservação do Campo Rupestre em Minas Gerais, que é a área de
295 atuação da atividade minerária, principal, dessas grandes empresas que aqui

296 atuam. Eu acho que isso é uma política compensatória do ponto de vista do legado
297 negativo que os Campos Rupestres sofreram ao longo do tempo por todas as
298 montanhas de Minas. Minas é água porque Minas é montanha. E Minas começou
299 a sua ocupação, nossa primeira diocese foi em Mariana, no topo das montanhas
300 do Quadrilátero. Minas não começa a ser habitada e ocupada pelos vales, e vai
301 subindo as montanhas, ela começa nas suas montanhas. A nascente do ribeirão
302 do Carmo foi a primeira área ocupada, era Campo Rupestre. Existe relato de que
303 aquele Campo Rupestre, ainda no tempo do Saint’Hilaire, era uma vegetação
304 muito diferente daquela que conhecemos. Então ignorar que nós temos esse
305 legado, ignorar um passivo ambiental, ignorar que as mineradoras podem cumprir
306 a sua função neste sentido é de um reducionismo absurdo, é uma visão que não
307 está nem condizente com o que as próprias mineradoras hoje nas suas gestões
308 ambientais estão procurando desenvolver. E segundo eu gostaria de dizer o
309 seguinte, como cientista que trabalha com isso: é perfeitamente possível você
310 restaurar a canga, é perfeitamente possível, trazer de volta, pelo menos
311 minimamente, uma paisagem que foi suprimida, basta colocar esforço de
312 pesquisa. Os poucos trabalhos que eu tenho desenvolvido nessa direção, com
313 empresas seríssimas de mineração, mostram como isso é promissor e como eu
314 acredito que isso vai ser o futuro da atividade. Então nós temos que começar
315 desde já a trabalhar com restauração. É por uma visão estreita de achar que as
316 mineradoras não podem se adequar às suas funções mais amplas de
317 conservação no âmbito da política de estadual é que nós estamos aonde estamos,
318 de ter uma lei obsoleta, ineficaz – eu até diria ‘burra’ –, que não se aplica àquilo
319 que é o objeto alvo da conservação. E também não é bom nem para empresas
320 mineradoras, todos os meus interlocutores nas empresas sabem disso,
321 discutimos isso dessa maneira, de uma maneira muito propositiva. E 3 para 1 é o
322 que já fazem, Felipe, e elas têm condição de fazer bem mais do que isso. Se
323 houver esse horizonte dos 50%, que é utilizar o Campo Rupestre Ferruginoso 1
324 para 1 da legislação federal, elas estão mais do que prontas para se adequarem
325 a esse objetivo de conservar melhor os Campos Rupestres, quaisquer que sejam,
326 dentro do Estado de Minas Gerais. Nós somos isso. Se considerarmos que a
327 nossa natureza, a nossa constituição, não é importante, então é melhor fechar as
328 portas de Minas. E Minas não é isso, Minas é aquela que acolhe a sua natureza,
329 o seu berço. E o nosso berço é montanha, é Campo Rupestre. Vamos protege-
330 lo.” Camila Andrade/SEMAD: “Eu queria fazer um comentário que recebemos.
331 Não é uma pergunta, especificamente, é um comentário. E finalizar com uma
332 pergunta. E vou deixar a palavra com vocês. O comentário é de Anastácia: ‘É
333 certo que ainda temos muitas lacunas de conhecimento, que algumas dessas
334 plantas tidas como extintas foram encontradas recentemente em área cujo acesso
335 é difícil e remoto.’ Para finalizar, eu vou fazer a pergunta do Jorge, que é para
336 falar sobre a correlação entre Campos Rupestres e recursos hídricos. O Flávio
337 comentou algumas coisas, trouxe essa informação sobre recurso hídrico, sobre a
338 canga.” Carlos Schaefer/Universidade Federal de Viçosa (UFV): “Repetindo,

339 Minas é água, os grandes divisores de água da bacia do Rio Doce, Jequitinhonha,
340 São Francisco e Paraná, justamente porque Minas são as montanhas do Brasil.
341 Se não cuidarmos dos divisores de água que este Estado guarda para o Brasil
342 inteiro – a água daqui vai para o Nordeste, vai para Buenos Aires, Espírito Santo,
343 Sul da Bahia, Rio de Janeiro –, se Minas não tiver essa concepção de dizer que
344 é o grande ecótono brasileiro e que, por ser isso, tem obrigações morais,
345 filosóficas, éticas, não vamos chegar a lugar nenhum como sociedade. Essa que
346 é a verdade. Então vamos preservar, almejar os 50% para manter montanhas,
347 porque, como o Flávio mostrou, a recarga hídrica nos substratos talvez seja um
348 dos serviços ambientais maiores. Tem outro que eu poderia dizer, porque eu
349 estudo, que é o carbono sequestrado. Para se ter uma ideia, o Gandarela sozinho
350 tem 15% do carbono do Quadrilátero todo, porque são terras altas. Eu não vou
351 nem entrar nesse mérito. Eu só quero dizer o seguinte, se não pensarmos de uma
352 forma ampla, sistêmica, holística, integrada, se formos olhar só o interesse de
353 cada um, nós não vamos em lugar nenhum. Isso não é pensamento de cientista,
354 isso é pensamento de pai e de avô. Eu quero que meu neto veja e conheça essas
355 coisas. Eu acho muito difícil que qualquer um de vocês aqui não queira isso.”
356 Flávio Fonseca do Carmo/Instituto Prístino: “Tem o exemplo da canga. Como o
357 professor falou, as montanhas são as áreas de recarga. Quem tem o Google Earth
358 procure, por exemplo, a serra do Caraça, que é quartzito. Vai dando um zoom, e
359 verão fendas nos grandes blocos de quartzito. Estou falando ‘serra do Caraça’
360 porque é aqui do nosso lado, mas podem olhar em qualquer lugar. Imaginem a
361 quantidade de água que cai em cima da serra do Caraça e penetra naquelas
362 fendas. É o exemplo que eu dei da canga, itabirito, quartzito, no Caraça e em
363 outras áreas da nossa serra do Espinhaço. Vocês vão ter uma ideia do tamanho
364 dessas áreas de recarga. E o que está crescendo em cima dessas áreas?
365 Complexo rupestre. Se for canga, vamos chamar de Campo Ferruginoso. É uma
366 relação direta. A questão da montanha, recarga.” Conselheiro Lucas Marques
367 Trindade: “Só rapidamente fazer o registro de congratulações do Ministério
368 Público pelas apresentações feitas, muito técnicas, muito propositivas. A vinda de
369 especialistas desse quilate engrandece muito a reunião. Eu ouvi atentamente e
370 acho que as sugestões são extremamente pertinentes. Não custa lembrar que o
371 Estado de Minas Gerais é o líder do país em desmatamento de Mata Atlântica,
372 quase 5 mil hectares desmatados em 2018/2019, no biênio. Então todas as
373 políticas que venham para fortalecimento e análise integradas dos impactos de
374 empreendimentos são bem-vindas. Então ficam os meus parabéns.” Presidente
375 Ronaldo José Ferreira Magalhães: “Eu gostaria também de fazer um comentário
376 e usar a última fala do Dr. Carlos como o start desse meu comentário, desse
377 desejo de todos nós de ter um ambiente equilibrado, rico e conservado para as
378 futuras gerações, nossos filhos e netos. A minha área de estudo é serviços
379 ambientais, e eu falo desde sempre que a única forma que eu entendo como
380 possível de alcançarmos a conservação é dar valor a essa conservação. Porque
381 a briga fica muito desigual quando colocamos o desenvolvimento econômico com

382 a conservação ambiental sem dar valor a essa conservação ambiental. Quanto
383 vale uma área conservada, quais serviços ela presta? Recarga de aquíferos,
384 conservação de polinizadores, tantos outros serviços ambientais. Enquanto não
385 conseguirmos valorar esse serviço e colocar na mesa dois fatores econômicos
386 que podem ser comparados, nós perderemos essa briga. Eu acho que o avanço
387 dos métodos de valoração ambiental, técnicas de valoração ambiental para
388 valorar os serviços ambientais prestados por essas áreas, quando isso acontecer
389 já poder ter um ambiente mais propício de avanço na conservação. Eu queria
390 fazer esse comentário e parabenizar mais uma vez os palestrantes e a SEMAD
391 por terem trazido esse assunto tão relevante para nós. Como o Eduardo falou, foi
392 uma aula que há muito não tínhamos oportunidade de ter.” Camila
393 Andrade/SEMAD: “Obrigada, Ronaldo, foram brilhantes suas considerações
394 finais. Eu gostaria de lembrar que àquelas pessoas que desejarem o certificado
395 nós solicitamos que respondam ao formulário. O link está logo abaixo na tela do
396 YouTube, para esse certificado.” Conselheira Andréa Greiner Cunha Salles:
397 “Parabéns para a SEMAD. Excelentes apresentações do Dr. Flávio, do Dr. Carlos
398 e da Luana. Eu fico com uma dúvida, porque é tão importante essa questão da
399 formulação dessa legislação específica para Campos Rupestre. Se existe algum
400 movimento na SEMAD ou através do Ministério Público outra através das
401 universidades nesse sentido. Porque realmente é muito importante, quanto mais
402 ouvimos e estudamos, vemos essa importância dessa reformulação da legislação.
403 Porque se não for nesse caminho realmente eu não vejo outras possibilidades.
404 Eu queria saber do Dr. Carlos, do presidente Ronaldo, se existe esse movimento
405 no Estado.” Presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães: “Andréa, sinceramente
406 eu não consigo te falar se existe algum movimento. O nosso front, os nossos
407 representantes são os deputados, e a sociedade eu acho que tem que se
408 mobilizar, seja através do poder público, da sociedade organizada, das
409 academias, e cobrar isso do Poder Legislativo. É lógico que o Executivo pode
410 encaminhar alguma coisa nesse sentido, mas a pressão ou a necessidade de se
411 reformular uma legislação como essa tem que vir da sociedade organizada,
412 principalmente. Imagino que esse movimento deve crescer, e fóruns como este
413 são fóruns que possibilitam estender esse conhecimento que não é tão difundido
414 e divulgado para pessoas que podem influenciar essas políticas públicas. Eu acho
415 que cabe a cada um de nós dentro no seu espaço, dentro do seu meio promover
416 esse tipo de discussão. Já que achamos importante e temos isso como uma coisa
417 importante, promover essas discussões para que isso avance. A legislação vem
418 do amadurecimento da sociedade, e a necessidade de uma legislação como essa
419 demonstra a nossa incapacidade de promover essa conservação de forma
420 espontânea. Precisamos da lei porque nós não estamos cumprindo o papel da
421 forma correta, senão não precisaríamos da lei, eu acho que o senso comum seria
422 suficiente. Mas, já que não conseguimos fazer a conservação da forma correta e
423 estamos negligenciando alguns fatores, aí vem a necessidade da legislação, e ela
424 só vai vir, só vai nascer por uma pressão da sociedade, não tem outra forma.”

425 Cláudio Vieira Castro/IEF: “Meu nome é Cláudio Castro, e sou diretor das
426 Unidades de Conservação do IEF e, eventualmente, presido a Câmara Técnica
427 de Proteção à Biodiversidade, a CPB do COPAM, onde de fato esse encontro ou
428 a necessidade desse encontro surgiu. No âmbito da CPB há um intenso e
429 constante debate a respeito desses assuntos que foram discutidos aqui hoje, e
430 por sugestão dos conselheiros da CPB nós colocamos esse tema nesta pauta
431 para que as discussões pudessem acontecer. Então eu fico muito satisfeito que
432 esse encontro tenha ocorrido e que outros encontros também possam acontecer
433 trabalhando esses sistemas. Porque de fato é isso mesmo, a legislação está
434 sempre atrás. A ciência vai à frente, a legislação vem atrás, tentando de alguma
435 maneira acompanhar o desenvolvimento, o conhecimento. A lei está sempre
436 atrás. Mas a ciência impulsiona, e a lei vem tentando encontrar esses caminhos
437 novos que a ciência vai apontando. Daí eu acho que nós temos que valorizar
438 todos os espaços de diálogo e de apresentação de ideias, e o Diálogos com o
439 Sisema é um espaço excepcional para isso. Que bom que temos o ‘Diálogos’
440 também para proporcionar momentos como este. Então eu trago aqui essa
441 expressão, enquanto diretor de Unidades de Conservação do IEF, enquanto
442 membro da Câmara Técnica de Proteção à Biodiversidade, esse recado da
443 satisfação do IEF com a realização deste evento e as oportunidades que eventos
444 como este nos trazem para o aperfeiçoamento das nossas instituições, o
445 aperfeiçoamento das nossas legislações. Parabéns a todos os senhores que
446 usaram da palavra, que nos ensinaram nesta tarde. Acompanhei aqui com toda
447 atenção possível e aprendi muitas coisas com vocês e por isso agradeço a todos.
448 Muito obrigado por essa oportunidade.” Carlos Schaefer/Universidade Federal de
449 Viçosa (UFV): “A Andréa perguntou sobre a questão do Campo Rupestre,
450 efetivamente.” Conselheira Andréa Greiner Cunha Salles: “A questão do
451 licenciamento.” Carlos Schaefer/Universidade Federal de Viçosa (UFV): “Eu acho
452 que não existe nada. Há 15 anos, o Ibama, em nível federal, estava discutindo a
453 pertinência de nós considerarmos o Campo Rupestre como um bioma, com muita
454 justificativa florística etc. Na época isso não foi adotado por uma razão muito
455 simples. Se você tirar a biodiversidade do Campo Rupestre hoje, do bioma
456 Cerrado, o bioma Cerrado deixa de ser hotspot. Lei funciona com lógicas que não
457 são científicas. Isso que o Cláudio falou sempre aconteceu, a ciência um
458 pouquinho à frente, a lei um pouquinho atrás. O problema é que hoje a ciência
459 está lá, e a lei nem vê mais a ciência, que já curvou a estrada. E a lei continua lá
460 arrastando aquele cacareco em cima de uma roda quadrada. Para usar a
461 metáfora que o Flávio usou, uma roda quadrada que não consegue rodar porque
462 não é redonda. E aí como é que ficamos? Então urge passar do ponto. O maior
463 interesse hoje de se ter uma legislação inteligente e racional é da própria
464 mineradora. Eu assisti em processo de compensação a discursos os mais
465 inacreditáveis. Porque não existe lei, então qualquer um vai utilizando uma
466 gambiarra de ocasião para fazer aquele processo específico se adequar a uma
467 lei que, em hipótese alguma, dá chance de dialogar. O problema é muito mais

468 grave. Eu tentei ser bem focado, bem direto, mas o problema é de nós termos
469 uma situação disfuncional para a própria atividade minerária, bem como para a
470 conservação. Aí quem vai perder nisso tudo são a economia de Minas e o meio
471 ambiente de Minas. Se não fazemos as coisas funcionarem minimamente dentro
472 da racionalidade, o resultado é esse que estamos assistindo. Só se perde de
473 todos os lados, ninguém ganha. Eu até peço licença de pedir desculpa para vocês,
474 porque já participei de tantas coisas nesse nível, ao nível do Ibama, na época que
475 se discutia isso, e parece que estou repetindo as mesmas coisas, só que cada
476 vez com uma distância maior na interlocução. Por isso que o Cláudio acabou de
477 falar, não conseguimos ver no horizonte da vista mais aonde vai a lei e aonde vai
478 a ciência.” Presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães: “Agradecemos a todos
479 pela participação. Eu fico muito feliz em receber tamanho conhecimento aqui na
480 URC. As portas estão abertas, sempre que quiserem e que for necessário, nós
481 estaremos aqui ávidos pelo conhecimento. Muito obrigado a todos.” **6)**
482 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE REQUERIMENTO PARA**
483 **INTERVENÇÃO AMBIENTAL E APROVAÇÃO DE COMPENSAÇÃO**
484 **DECORRENTE DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM**
485 **ESTÁGIO MÉDIO OU AVANÇADO DE REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA**
486 **ATLÂNTICA LOCALIZADOS EM ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A**
487 **CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, NÃO VINCULADOS AO**
488 **LICENCIAMENTO AMBIENTAL. 6.1) Gracia Maria Rosa de Alvarenga. Lote**
489 **165, Quadra 14. Condomínio Retiro do Chalé. Brumadinho/MG. PA**
490 **09010001395/19. Tipo de Intervenção: supressão de cobertura vegetal nativa**
491 **com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,0460 ha. Área**
492 **Passível de Aprovação: 0,0460 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
493 **Semidecidual Montana Secundária. Estado de Regeneração: Médio.**
494 **Apresentação: URFBio Metropolitana.** Intervenção ambiental aprovada por
495 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
496 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg,
497 CMI, Ocemg, Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e
498 Ampea. Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas
499 Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
500 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.2) Cemig Distribuição S/ A. Linha**
501 **de Distribuição Nova Lima 4. Nova Lima 8, 138 kV. Linha de transmissão de**
502 **energia elétrica. Nova Lima/MG. PA 09010000073/20. Tipo de Intervenção:**
503 **Intervenção em APP com Supressão de Vegetação Nativa - Área Requerida:**
504 **1,5600 ha. Área Passível de Aprovação: 1,5600 ha. Fitofisionomia: Floresta**
505 **Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estado de Regeneração:**
506 **Médio. Apresentação: URFBio Metropolitana.** Processo retirado de pauta com
507 pedido de vista da Zeladoria do Planeta e vista conjunta de Fiemg, PUC Minas e
508 MPMG. **6.3) Marcos Giovane do Nascimento Mendes. Lote 137, Quadra 14.**
509 **Condomínio Retiro do Chalé. Brumadinho/MG. PA 09010000006/20. Tipo de**
510 **Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso**

511 **alternativo do solo. Área Requerida: 0,0333 ha. Área Passível de Aprovação:**
512 **0,0333 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana**
513 **Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio**
514 **Metropolitana.** Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
515 Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig, SEF,
516 PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, CMI, Ocemg, Ponto
517 Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e Ampea. Abstenção:
518 MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques Trindade:
519 “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria Geral do
520 Ministério Público.” **6.4) Rodrigo Moreno Marques. Lote 13, Quadra 26.**
521 **Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA 0901000031/20. Tipo**
522 **de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para**
523 **uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1235 ha. Área Passível de**
524 **Aprovação: 0,1235 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual**
525 **Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação:**
526 **URFBio Metropolitana.** Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos
527 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig,
528 SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, CMI, Ocemg,
529 Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e Ampea.
530 Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques
531 Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria
532 Geral do Ministério Público.” **6.5) Vandrê Von Rondon e Cunha. Lote 04,**
533 **Quadra 28. Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA**
534 **0901000040/20. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa**
535 **com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1629 ha. Área**
536 **Passível de Aprovação: 0,1629 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
537 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio.**
538 **Apresentação: URFBio Metropolitana.** Intervenção ambiental aprovada por
539 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
540 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg,
541 CMI, Ocemg, Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e
542 Ampea. Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas
543 Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
544 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.6) Victor Becattini Rodrigues Lima.**
545 **Lote 06, Quadra 06. Condomínio Quintas da Casa Branca. Brumadinho/MG.**
546 **PA 09010000155/20. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal**
547 **nativa com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1666 ha.**
548 **Área Passível de Aprovação: 0,1666 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
549 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio.**
550 **Apresentação: URFBio Metropolitana.** Intervenção ambiental aprovada por
551 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
552 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg,
553 CMI, Ocemg, Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e

554 Ampea. Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas
555 Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
556 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.7) Renato Pereira Soares. Lote 43,**
557 **Quadra 11. Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA**
558 **09010000491/20. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa**
559 **com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1500 ha. Área**
560 **Passível de Aprovação: 0,1500 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
561 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio.**
562 **Apresentação: URFBio Metropolitana.** Intervenção ambiental aprovada por
563 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
564 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg,
565 CMI, Ocemg, Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e
566 Ampea. Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas
567 Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
568 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.8) Júlio César Leão Coelho. Lote**
569 **105, Quadra 14. Condomínio Retiro do Chalé. Brumadinho/MG. PA**
570 **09010000566/20. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa**
571 **com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,0298 ha. Área**
572 **Passível de Aprovação: 0,0298 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
573 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio.**
574 **Apresentação: URFBio Metropolitana.** Intervenção ambiental aprovada por
575 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
576 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg,
577 CMI, Ocemg, Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e
578 Ampea. Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas
579 Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
580 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.9) José Nicodemus Fonseca. Lote**
581 **11, Quadra 02. Condomínio Villa Alpina. Nova Lima/MG. PA 09010000570/20.**
582 **Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca**
583 **para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,0347 ha. Área Passível de**
584 **Aprovação: 0,0347 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual**
585 **Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação:**
586 **URFBio Metropolitana.** Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos
587 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig,
588 SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, CMI, Ocemg,
589 Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e Ampea.
590 Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas
591 Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria
592 Geral do Ministério Público.” **6.10) Mário Alexandre Veloso Aguiar. Lote 03,**
593 **Quadra 20. Condomínio Quintas do Sol. Nova Lima/MG. PA 09010000623/20.**
594 **Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca**
595 **para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,0429 ha. Área Passível de**
596 **Aprovação: 0,0429 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual**

597 **Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação:**
598 **URFBio Metropolitana.** Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos
599 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig,
600 SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, CMI, Ocemg,
601 Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e Ampea.
602 **Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques**
603 **Trindade:** “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria
604 Geral do Ministério Público.” **6.11) HLZ Empreendimentos Imobiliários SPE**
605 **Ltda. Lote 16, Quadra 23. Condomínio Quintas do Sol. Nova Lima/MG. PA**
606 **09010000540/20. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa**
607 **com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,05082 ha. Área**
608 **Passível de Aprovação: 0,05082 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
609 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio.**
610 **Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por
611 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
612 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg,
613 CMI, Ocemg, Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e
614 Ampea. **Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas**
615 **Marques Trindade:** “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
616 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.12) Anilson Carlos de Oliveira**
617 **Marques. Lote 12, Quadra 12. Condomínio Quintas do Sol. Nova Lima/MG.**
618 **PA 09010000589/20. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal**
619 **nativa com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,04723**
620 **ha. Área Passível de Aprovação: 0,04345 ha. Fitofisionomia: Floresta**
621 **Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração:**
622 **Médio. Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Pedido de intervenção ambiental
623 deferido parcialmente, conforme o Parecer Único, por unanimidade dos votos,
624 com uma abstenção. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig, SEF,
625 PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, CMI, Ocemg, Ponto
626 Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e Ampea. **Abstenção:**
627 **MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques Trindade:**
628 **“Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria Geral do**
629 **Ministério Público.”** **6.13) Clarissa Rodrigues de Paula Queiroga. Lote 05,**
630 **Quadra 20. Condomínio Quintas do Sol. Nova Lima/MG. PA 09010000617/20.**
631 **Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca**
632 **para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,0431 ha. Área Passível de**
633 **Aprovação: 0,0431 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual**
634 **Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação:**
635 **URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos
636 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig,
637 SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, CMI, Ocemg,
638 Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e Ampea.
639 **Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques**

640 Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria
641 Geral do Ministério Público.” **6.14) Emerson Rosa Silva. Lote 09, Quadra 13.**
642 **Condomínio Quintas do Sol. Nova Lima/MG. PA/SEI 2100.01.0004018/2021-**
643 **69. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca**
644 **para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,06075 ha. Área Passível de**
645 **Aprovação: 0,06075 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual**
646 **Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação:**
647 **URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos
648 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig,
649 SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, CMI, Ocemg,
650 Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e Ampea.
651 Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques
652 Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria
653 Geral do Ministério Público.” **6.15) Carlos Guilherme Veloso Santos. Lote 05,**
654 **Quadra 15. Condomínio Quintas do Sol. Nova Lima/MG. PA/SEI**
655 **2100.01.0004012/2021-37. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura**
656 **vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,**
657 **07760 ha. Área Passível de Aprovação: 0, 07760 ha. Fitofisionomia: Floresta**
658 **Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração:**
659 **Médio. Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Processo baixado em diligência
660 para correção do Parecer Único. **6.16) Cristiano Santana de Souza. Lote 10,**
661 **Quadra 26. Condomínio Quintas do Sol. Nova Lima/MG. PA/SEI**
662 **2100.01.0004336/2021-19. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura**
663 **vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida:**
664 **0,04485 ha. Área Passível de Aprovação: 0,04485 ha. Fitofisionomia: Floresta**
665 **Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração:**
666 **Médio. Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por
667 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
668 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg,
669 CMI, Ocemg, Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e
670 Ampea. Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas
671 Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
672 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.17) Fabiana Inácia da Silva. Lote**
673 **09, Quadra 21. Condomínio Quintas do Sol. Nova Lima/MG. PA/SEI**
674 **2100.01.0066537/2020-53. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura**
675 **vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida:**
676 **0,06205 ha. Área Passível de Aprovação: 0,06205 ha. Fitofisionomia: Floresta**
677 **Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração:**
678 **Médio. Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por
679 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
680 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg,
681 CMI, Ocemg, Ponto Terra, IHMBio, Zeladoria do Planeta, Uemg, PUC Minas e
682 Ampea. Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas

683 Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
684 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.18) Adriana Alves de Aguiar. Lote**
685 **19, Quadra 24. Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA**
686 **09010000280/20. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa**
687 **com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1209 ha. Área**
688 **Passível de Aprovação: 0,1209 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
689 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio.**
690 **Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por
691 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
692 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, CMI,
693 Ponto Terra, Uemg e PUC Minas. Abstenção: MPMG. Ausências: Faemg, Ocemg,
694 IHMBio, Zeladoria do Planeta e Ampea. Justificativa de abstenção. Conselheiro
695 Lucas Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
696 Corregedoria Geral do Ministério Público.” Os itens 6.18 a 6.26 foram votados em
697 bloco com recomendação da Presidência para inclusão no Parecer Único da
698 informação sobre declividade do terreno prestada pela área técnica nesta sessão,
699 a partir de questionamento do representante do Ministério Público, conforme
700 manifestações registradas a seguir. Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Eu
701 resolvi fazer um destaque em bloco porque a indagação é exatamente a mesma
702 para todos os itens citados: do 6.18 até 6.26. São todos empreendimentos de
703 lotes em condomínios. Coincidentemente, até no mesmo condomínio, parece que
704 Jardim Petrópolis. O destaque é no sentido de obter informação da equipe técnica
705 porque, ao contrário dos demais pareceres, nesse caso, o tema de declividade do
706 terreno não foi informado sobre a questão de declividade igual ou superior a 30%,
707 que está exposta na Lei 6.766. Nos itens 6.18 a 6.26, foi dito que está situado em
708 terreno ondulado, mas não há uma menção expressa ao cumprimento do disposto
709 no artigo 3º, parágrafo único, inciso III da Lei 6.766, que é um requisito objetivo
710 de deferimento de parcelamento de solo e, evidentemente, para supressão para
711 fins de parcelamento do solo. Não há que se permitir uma supressão em uma área
712 para a qual não será possível o parcelamento. É esclarecimento mesmo que eu
713 desejo da equipe técnica. Se for possível o esclarecimento neste ato. Do contrário,
714 sugerir até que seja baixado em diligência para complementar o parecer e até ter
715 uma padronização em relação a todos os demais.” Presidente Ronaldo José
716 Ferreira Magalhães: “Eu só gostaria de chamar atenção que nesse caso aqui o
717 parcelamento já aconteceu, não estamos tratando o parcelamento mais, estamos
718 tratando só da supressão para construção.” Conselheiro Lucas Marques
719 Trindade: “Ok, mas em todos os casos, sem exceção, porque é a questão de risco
720 de deslizamento de encostas com declividade elevada. Então esse tema parece
721 importante já que a finalidade da supressão aqui é a implantação efetiva de uma
722 edificação e parcelamento do solo.” Presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães:
723 “Perfeito, eu não tiro a importância do destaque, de forma alguma.” Conselheiro
724 Hélcio Neves da Silva Júnior: “Só para tentar contribuir um pouco com a
725 discussão, muito pertinente, do Dr. Lucas, quando da discussão do parcelamento,

726 provavelmente eles observaram essas áreas, se de fato elas existem, e foram
727 viabilizadas através de um laudo geológico-geotécnico, que é algo previsto em lei
728 também. Essa discussão foi feita à época do parcelamento do solo. O bairro
729 Jardim Petrópolis, se não me engano, é de 1989, é um parcelamento
730 relativamente antigo. Então, quando da aprovação do bairro, essas áreas com
731 declividade acima de 30% foram viabilizadas através de laudo geológico-
732 geotécnico, possivelmente, creio eu, acreditando na idoneidade do processo de
733 aprovação do bairro.” Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Obrigado pela
734 contribuição. Só para fins de complementação, essa informação, ao nosso sentir,
735 tem que vir no parecer da equipe técnica. Se os senhores observarem, me parece
736 que há um outro parecer que foi votado aqui e deferido, também do Jardim
737 Petrópolis, que cita exatamente que a declividade é menor do que 30%. Nesse
738 caso, como não há essa citação, me parece que há um elemento faltante. Esse é
739 o intuito da colocação.” Presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães: “Não tenho
740 dúvida, Dr. Lucas. Ao longo do tempo, vimos aprimorando nossos pareceres, e
741 eu acho extremamente pertinente a sua colocação. A dúvida do Ministério Público
742 é porque nos laudos não veio nenhum destaque sobre a declividade, só falando
743 que é um terreno ondulado, não enfrentando aquela questão da Lei 6.766 de
744 terrenos com declividade maior do que 30%. Então só para verificar se isso foi
745 contemplado na vistoria e se nós conseguimos esclarecer essa dúvida para poder
746 votar os processos.” Ricardo Elói de Araújo/IEF: “Isso foi verificado na vistoria, e
747 não foram encontradas restrições. Por isso que não houve menção nos
748 pareceres.” Presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães: “Como sugestão para
749 as próximas vezes, e eu vou fazer uma proposta para esses processos que estão
750 pautados aqui. A proposta que eu faço para os processos pautados é que
751 façamos essa inclusão nos pareceres, que os pareceres sejam substituídos com
752 a inclusão dessa observação feita pelo Ricardo, que é o técnico dos processos.
753 Vai constar nos pareceres, os pareceres serão incluídos no site. E nos próximos
754 pareceres sempre enfrentar esse problema, para que o conselheiro tenha
755 tranquilidade ao votar.” Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Da parte do
756 Ministério Público não há oposição à proposta feita, diante da palavra, inclusive,
757 com fé pública, do servidor Ricardo.” Presidente Ronaldo José Ferreira
758 Magalhães: “Nós vamos fazer a ratificação nos pareceres, incluir esse item,
759 substituir os pareceres que estão no site. E fica a orientação de que nos próximos
760 pareceres isso sempre seja observado. Mesmo que não haja problemas de
761 inclinação, que isso venha a contar no parecer, para que não tenhamos dúvida no
762 momento da votação.” **6.19) Fernando Aurélio de Oliveira. Lote 30, Quadra 01.**
763 **Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA 09010000283/20. Tipo**
764 **de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para**
765 **uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1722 ha. Área Passível de**
766 **Aprovação: 0,1722 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual**
767 **Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação:**
768 **URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos

769 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig,
770 SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, CMI, Ponto Terra, Uemg
771 e PUC Minas. Abstenção: MPMG. Ausências: Faemg, Ocemg, IHMBio, Zeladoria
772 do Planeta e Ampea. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques
773 Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria
774 Geral do Ministério Público.” **6.20) André Revéria Braga. Lote 12, Quadra 08.**
775 **Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA 09010000534/20. Tipo**
776 **de Intervenção: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para**
777 **uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1400 ha. Área Passível de**
778 **Aprovação: 0,1400 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual**
779 **Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação:**
780 **URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos
781 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig,
782 SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, CMI, Ponto Terra, Uemg
783 e PUC Minas. Abstenção: MPMG. Ausências: Faemg, Ocemg, IHMBio, Zeladoria
784 do Planeta e Ampea. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques
785 Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria
786 Geral do Ministério Público.” **6.21) Luis Eduardo Obregon. Lote 19, Quadra 26.**
787 **Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA 09010000557/20. Tipo**
788 **de Intervenção: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para**
789 **uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1666 ha. Área Passível de**
790 **Aprovação: 0,1666 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual**
791 **Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação:**
792 **URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos
793 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig,
794 SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, CMI, Ponto Terra, Uemg
795 e PUC Minas. Abstenção: MPMG. Ausências: Faemg, Ocemg, IHMBio, Zeladoria
796 do Planeta e Ampea. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques
797 Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria
798 Geral do Ministério Público.” **6.22) Rodrigo Portes Tozzi Henriques. Lote 13,**
799 **Quadra 23. Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA**
800 **09010000561/20. Tipo de Intervenção: supressão de cobertura vegetal nativa**
801 **com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1371 ha. Área**
802 **Passível de Aprovação: 0,1371 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
803 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio.**
804 **Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por
805 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
806 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, CMI,
807 Ponto Terra, Uemg e PUC Minas. Abstenção: MPMG. Ausências: Faemg, Ocemg,
808 IHMBio, Zeladoria do Planeta e Ampea. Justificativa de abstenção. Conselheiro
809 Lucas Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
810 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.23) Vinício Antônio Pereira. Lote**
811 **21, Quadra 14. Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA**

812 **09010000591/20. Tipo de Intervenção: supressão de cobertura vegetal nativa**
813 **com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1807 ha. Área**
814 **Passível de Aprovação: 0,1807 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
815 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio.**
816 **Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por
817 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
818 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, CMI,
819 Ponto Terra, Uemg e PUC Minas. Abstenção: MPMG. Ausências: Faemg, Ocemg,
820 IHMBio, Zeladoria do Planeta e Ampea. Justificativa de abstenção. Conselheiro
821 Lucas Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
822 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.24) Vinícius Ayres Viana. Lote 31,**
823 **Quadra 15. Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA**
824 **09010000592/20. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa**
825 **com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,1658 ha - Área**
826 **Passível de Aprovação: 0,1658 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
827 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio.**
828 **Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por
829 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
830 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, CMI,
831 Ponto Terra, Uemg e PUC Minas. Abstenção: MPMG. Ausências: Faemg, Ocemg,
832 IHMBio, Zeladoria do Planeta e Ampea. Justificativa de abstenção. Conselheiro
833 Lucas Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
834 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.25) Guilherme de Alcantara. Lote**
835 **01, Quadra 06. Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova Lima/MG. PA/SEI**
836 **2100.01.0004017/2021-96. Tipo de Intervenção: supressão de cobertura**
837 **vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo. Área Requerida:**
838 **0,1666 ha. Área Passível de Aprovação: 0,1666 ha. Fitofisionomia: Floresta**
839 **Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração:**
840 **Médio. Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Intervenção ambiental aprovada por
841 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
842 Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, CMI,
843 Ponto Terra, Uemg e PUC Minas. Abstenção: MPMG. Ausências: Faemg, Ocemg,
844 IHMBio, Zeladoria do Planeta e Ampea. Justificativa de abstenção. Conselheiro
845 Lucas Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da
846 Corregedoria Geral do Ministério Público.” **6.26) Ana Cristina Silva Amoroso**
847 **Anastácio. Lote 30, Quadra 12. Condomínio Jardins de Petrópolis. Nova**
848 **Lima/MG. PA/SEI 2100.01.0046687/2020-78. Tipo de Intervenção: supressão**
849 **de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo. Área**
850 **Requerida: 0,1200 ha. Área Passível de Aprovação: 0,1200 ha.**
851 **Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária.**
852 **Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Centro-Sul.**
853 Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
854 Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea,

855 Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, CMI, Ponto Terra, Uemg e PUC Minas.
856 Abstenção: MPMG. Ausências: Faemg, Ocemg, IHMBio, Zeladoria do Planeta e
857 Ampea. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques Trindade:
858 “Abstenção com base no artigo 11 do Ato nº 2/2020 da Corregedoria Geral do
859 Ministério Público.” **7) ENCERRAMENTO.** Presidente Ronaldo José Ferreira
860 Magalhães: “Eu queria fazer uma proposta para este Conselho. Nós temos
861 enfrentado alguns problemas de pauta, pautas extensas, repetidas vezes
862 chamando reuniões extraordinárias. Nós temos enfrentado esses problemas
863 porque temos nos deparado aqui com um grande número de processos que são
864 trazidos à pauta, necessidade de cumprimento de metas que são do IEF e da
865 SEMAD no atendimento aos requerimentos de intervenção. Eu queria fazer uma
866 proposta de passarmos as nossas reuniões para serem mensais e começando às
867 9h, porque aí nós não temos essa dificuldade de trazer propostas de reuniões
868 extraordinárias – nós ficamos realmente incomodados com isso – e não temos o
869 problema do avançado da hora, principalmente neste momento em que estamos
870 vivendo de restrição de movimentação. E poder dar mais tranquilidade para as
871 nossas votações, termos um tempo maior, pautas menos extensas para não nos
872 alongarmos muito, para discutir outros assuntos e trazer debates que muitas
873 vezes ficamos até constrangidos em fazer porque tem uma pauta muito extensa.
874 Então eu queria fazer essa proposta. Se vocês concordarem, podemos colocar
875 em votação. Passaríamos as nossas reuniões para serem mensais, começando
876 às 9h.” Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Eu não vejo o menor
877 problema. O que eu queria era só acrescentar na fala do Cláudio, porque achei a
878 fala dele muito importante, e o professor Carlos também contribuiu. Eu só queria
879 dizer que entre a ciência e a lei existem os interesses setoriais. Esses setores
880 que, na verdade, muitas vezes, causam esse tipo de problema que nós vimos no
881 cumprimento da legislação. Era só esse comentário, e deixo para votação a sua
882 proposta, Ronaldo.” Conselheiro Junio Magela Alexandre: “Eu gostaria de
883 posicionar que concordo plenamente com a posição de mais reuniões. Eu acho
884 que certamente isso vai ajudar na deliberação dos trabalhos, até para a pauta não
885 ficar muito extensa. Mas eu gostaria de voltar a tocar no assunto que foi tocado
886 no início da reunião, e que eu não quis me pronunciar para não atrasar muito, que
887 diz respeito à questão da inserção de temas, como foram hoje as palestras,
888 Diálogos com o Sisema, no decorrer das reuniões. Em que pese as palestras
889 serem incríveis. Os profissionais que se dedicam a estar conosco, nós temos que
890 realmente agradecer-lhes por trazerem tão importantes contribuições do ponto de
891 vista científico e técnico para os nossos trabalhos. Mas eu discordo de que o
892 Diálogos com o Sisema esteja no meio das reuniões. Hoje, por exemplo, nós
893 tivemos uma reunião que teve uma votação inicial, depois teve uma série de
894 apresentações e depois mais uma votação no final. E considerando que essas
895 reuniões estão na internet, e essas coisas podem ser vistas a qualquer momento,
896 especialmente nós que somos da sociedade civil temos outras ocupações. Então
897 é muito complicado para nós podermos ficar. Não é produtivo. Eu acho que

898 devemos concentrar as votações todas no mesmo momento, especialmente no
899 momento mais próximo da convocação, e depois fazer as apresentações. E quem
900 pode escutar escutará. Quem pode depois pode escutar pela internet também.
901 Isso não desprestigia. Pelo contrário, prestigia ainda mais o trabalho dessas
902 pessoas que tão grandemente engrandecem o nosso trabalho trazendo
903 contribuições técnicas. Eu gostaria apenas de me posicionar nesse sentido,
904 porque acho que de fato é algo que precisa ser considerado por vossa excelência
905 a partir das próximas reuniões em relação às pautas que vão ser colocadas.
906 Porque é um item que, teoricamente, se não avançar, teremos que dar uma
907 estudada no Regimento para tentar encontrar uma forma de esse tipo de situação,
908 de fato, não atrapalhar as deliberações, o que eu acho que é muito importante.”
909 Presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães: “Eu já me comprometi que na
910 próxima reunião nós vamos debater sobre isso, logo na abertura, nos informes
911 dos conselheiros, e, chegando ao consenso de que temos que votar isso, nós
912 vamos votar. Eu vou então colocar em votação a proposta de reunião mensal. A
913 primeira seria na primeira quarta-feira de maio, dia 5 de maio. E a partir de junho
914 sempre na primeira quarta-feira dos meses subsequentes até dezembro, a partir
915 das 9h.” Conselheiro Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Senhor presidente, eu
916 queria de parabeniza-lo pela proposta. Muito mais do que queda de energia, tem
917 a questão do longuíssimo tempo das reuniões, o que nos atrapalha de participar.
918 Eu gostaria de frisar que a PUC Minas quer muito contribuir, a nossa questão é
919 que as nossas aulas também começam às 19h. Então reuniões que ultrapassam
920 esse horário complicam para que possamos desempenhar o nosso papel de
921 contribuir com este Conselho e com a SEMAD. Portanto, a sua proposição vem a
922 solucionar a questão que eu coloquei no início. E eu friso mais uma vez que é
923 uma questão muito mais de uma organização nossa do que questões de falta de
924 energia.” Presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães: “Essa questão nos aflige
925 há muito tempo, todos nós temos enfrentado problemas com isso. A proposta
926 dessa mudança é para tentar equalizar essas questões. E é muito mais prático
927 em uma pauta pequena, na falta de processos pautados, trazer temas, como o
928 Diálogos com o Sisema, para uma discussão com mais tranquilidade, para que
929 possamos exercer essa função de conselheiro não só de simples votação de
930 processo de intervenção, mas também discutir ações ambientais que são
931 relevantes de forma mais tranquila. Então por isso a proposição, e temos certeza
932 de que a PUC quer contribuir, e a contribuição de vocês é muito bem-vinda e
933 primorosa. Então as nossas reuniões seriam em 5 de maio, 2 de junho, 7 de julho,
934 4 de agosto, 1º de setembro, 6 de dezembro, 3 de novembro e 1º de dezembro.
935 Essa seria a nossa nova agenda de reuniões a partir do mês de maio.” Aprovada
936 por unanimidade nova agenda de reuniões da URC Central Metropolitana,
937 conforme proposta apresentada pela Presidência. Votos favoráveis: Seapa, Sede,
938 SEE, Seinfra, Epamig, SEF, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Belo Horizonte,
939 Fiemg, CMI, Ponto Terra, Uemg e PUC Minas. Ausências: Faemg, Ocemg,
940 IHMBio, Zeladoria do Planeta e Ampea. Presidente Ronaldo José Ferreira

941 Magalhães: “Eu queria agradecer muito a todos e me desculpar. O Heleno e o
942 Fernando não estão presentes agora, mas eu queria me desculpar, porque a
943 reunião já estava muito conturbada, com a pauta muito extensa. Eu me
944 comprometo, na próxima reunião, dia 5, de voltarmos a esse tema. Nós vamos
945 debater. Se a maioria concordar, vamos colocar em votação. Mas eu gostaria de
946 me desculpar, não foi minha intenção ser intransigente, mas é porque é uma
947 prerrogativa do presidente, e achamos importante manter a apresentação logo no
948 começo. Agradecer a todos vocês e desejar que continuemos nos encontrando
949 aqui com muita saúde.” Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
950 presidente Ronaldo José Ferreira Magalhães agradeceu a presença de todos e
951 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

952
953
954
955
956 **Ronaldo José Ferreira Magalhães**
957 **Presidente suplente da URC Central Metropolitana**